



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

03/04/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Autoridades da Baixada Santista temem a privatização da Sabesp

A decisão do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de privatizar a Sabesp está tomada desde a campanha eleitoral do ano passado. Então, após a posse, a gestão atual começou a realizar estudos sobre o tema. E mesmo que o processo ainda seja embrionário, ele já preocupa autoridades da região.

Presente no segundo painel de A Região em Pauta, o secretário de Meio Ambiente de Santos, Marcos Libório, explica quais são seus maiores temores.

“A empresa privatizada vai auferir lucros e ganhos. Aí, na realidade, a Baixada vai ser vista como fonte arrecadadora. Assim, minha preocupação é quanto da arrecadação retorna para cá. Se no modelo atual já existe redução de investimentos e planejamento na coleta de esgoto e água, a empresa privada vai ter outro olhar”, disse.

Ele também acredita que outras localidades do Estado tendem a receber mais atenção. “Se estamos entre os 100 melhores municípios, em modelo de privatização se prioriza outras áreas. Aqui, temos de investir em qualidade ambiental. Precisamos investir na regularização das ligações clandestinas, nas palafitas, melhorar a balneabilidade dos mares... Isso melhora a arrecadação? Talvez, não. Sou a favor de modelo que funcione e privilegie o que precisa ser observado”.

Apesar das preocupações das autoridades da Baixada com relação à concessão da Sabesp, o atual presidente da estatal, André Salcedo, defende esse processo. Em sua avaliação, repassar a empresa à iniciativa privada trará benefícios à região e a todo o Estado. A opinião foi endossada pelo ex-presidente da companhia e coordenador do Centro de Infraestrutura e Soluções Ambientais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Gesner Oliveira.

Saiba mais em: A Tribuna, domingo 02 de abril.

Centrais propõem reajuste extra do mínimo de 2,4% pelos próximos 3 anos

Um dos alicerces da candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as centrais sindicais propõem nesta segunda-feira (3) ao governo a retomada da fórmula de valorização do salário mínimo implementada nas gestões petistas e a reposição de perdas da administração de Jair Bolsonaro (PL).

Pela proposta, nos próximos três anos o salário mínimo seria reajustado em mais 2,4% ao ano, além da inflação do período medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e da variação do PIB (Produto Interno Bruto).

Esse índice adicional de 2,4% seria destinado à recuperação das perdas provocadas pela não aplicação da regra de reajuste entre 2020 e 2022, no governo Bolsonaro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 03 de abril.

Argentinos são resgatados em situação análoga à escravidão no RS

Quatro trabalhadores argentinos, incluindo um adolescente de 14 anos, foram resgatados na noite deste sábado (1º) em situação análoga à escravidão, no município de Nova Petrópolis (88 km de Porto Alegre).

O resgate foi feito pela Polícia Federal, em apoio a uma operação do Ministério do Trabalho e Emprego.

A Polícia Federal informou que recebeu informações da Brigada Militar de que trabalhadores que atuavam no corte de eucaliptos em uma propriedade rural haviam sido abandonados pelos empregadores. Eles estavam no local sem recursos para alimentação e moradia.

Policiais federais, militares e fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego encontraram os trabalhadores, acampados na mata em condições insalubres. Eles não tinham água potável, banheiros e energia elétrica.

Um homem identificado como responsável pelas atividades do corte de lenha foi preso em flagrante por submeter os trabalhadores a condição análoga a de escravo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 02 de abril.

Planos de saúde coletivos por adesão sobem quase 60% em 2023

Silvio Kouyoumdjian, 53, é beneficiário do plano de saúde coletivo por adesão vinculado ao Sindicato de Engenheiros no Estado de São Paulo desde 2006. Quando contratou o convênio, pagava R\$ 664 para ele e a mulher. O valor aumentou ao longo dos anos e, com o reajuste de 59,8% previsto para 2023, o economista pagará mais de R\$ 8.500 mensais a partir deste mês.

Este valor seria ainda maior caso Kouyoumdjian não tivesse entrado na Justiça contra os reajustes que considera abusivos e vencido a ação, iniciada em 2019. Sua execução fez a mensalidade cobrada de março ficar em R\$ 5.500, um mês antes de subir para os R\$ 8.500 previstos. Caso tivesse perdido o processo, a mensalidade ultrapassaria R\$ 18,5 mil.

O economista afirma que, nos últimos anos, o convênio passou por uma série de aumentos acima da inflação, que superaram o percentual aplicado aos planos de saúde individuais e familiares, cujo teto de reajuste é definido pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Em nota, a Amil Assistência Médica, operadora responsável pelo plano de Kouyoumdjian, diz que o cálculo do reajuste dos planos por adesão considera os custos de utilização coletiva no período anterior e também a inflação médica, com índices técnicos e financeiros que variam conforme cada cliente.

Por lei, após o reajuste, os consumidores podem solicitar as informações detalhadas à administradora de benefícios ou operadora, que têm prazo máximo de dez dias para fornecê-las, segundo regra da ANS.

A advogada Giselle Tapai, advogada especialista em direito do consumidor com foco na saúde, recomenda contatar a operadora e solicitar todas as informações que justifiquem os aumentos aplicados. "Não havendo solução, o consumidor deve procurar um advogado para analisar seu contrato e verificar se houve aumento excessivo com base no histórico de pagamentos."

Caso haja irregularidade, a ação judicial pode ser um caminho para anular o reajuste abusivo. "Por analogia, deverá ser estabelecida a aplicação dos reajustes limitados pela ANS, com a possibilidade de restituir os valores cobrados indevidamente nos últimos três anos", explica a advogada. Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 01 de abril.

80% acham que Lula age bem ao pressionar pela queda dos juros, diz Datafolha

"Quero saber de que serviu a independência do Banco Central", "é só ler a carta do Copom para a gente ver que é uma vergonha esse aumento de juros", "precisa cuidar da política monetária, mas precisa cuidar também do emprego, da inflação e da renda do povo."

Nos primeiros meses de seu terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio da Silva (PT) tem feito duras críticas, como essas, ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por manter a Selic, a taxa básica de juros, em 13,75% ao ano.

O Copom mantém a Selic no autal patamar desde setembro de 2022, quando interrompeu um ciclo de 12 altas consecutivas.

Sob o argumento de controlar a inflação e trazê-la para a meta, Campos Neto tem dito que as decisões do BC são técnicas e baseadas nas expectativas de inflação futura.

Em entrevistas e discursos desde que tomou posse, Lula tem rebatido a autoridade monetária, autônoma desde 2021, apontando que os juros no Brasil não conseguem atacar uma inflação que não é ocasionada pelo aumento de demanda e ainda freiam o crescimento econômico.

Nesse cenário, o Datafolha perguntou aos brasileiros, nos dias 29 e 30 de março, como eles avaliam o patamar atual da Selic.

Os questionamentos do presidente parecem encontrar eco na população. Para 71% dos entrevistados, a taxa de juros está mais alta do que deveria. Entre os que pensam assim, 55% dizem que ela muito mais alta do que deveria, e apenas 16% consideram que está um pouco mais alta.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 02 de abril.